



# Falta de mão-de-obra na Construção exige soluções eficazes



**Manuel Reis Campos**

Presidente da CPCI  
e da AICCOPN  
[www.aiccopn.pt](http://www.aiccopn.pt)

Os desafios colocados ao setor da Construção e do Imobiliário, perante o volume de investimentos previstos no PRR e no Portugal 2030, exigem medidas concretas, de forma a potenciar a eficiência, promover o trabalho em rede, a especialização e a sustentabilidade, pelo que, é fundamental capacitar as empresas com recursos humanos qualificados e intensificar a transformação tecnológica e digital em curso, através de mecanismos que facilitem e promovam o processo de transição das micro e PME's nacionais.

A falta de trabalhadores no setor, estimada em cerca de 80 mil, é uma realidade incontornável e uma das soluções que parecia ter sido encontrada, designadamente a facilitação do recurso à mão-de-obra de outros países, especificamente nos países pertencentes aos PALOP, nos quais as empresas da Construção e do Imobiliário desenvolvem a sua atividade internacional, não produziu os resultados esperados.

Efetivamente, apesar das alterações legislativas recentes, que visavam a simplificação e agilização dos procedimentos de concessão de autorizações de residência e vistos, bem como a criação de um novo visto para procura de trabalho em Portugal, para dar resposta a esta escassez de mão-de-obra, mais de 4 meses volvidos desde a sua entrada em vigor, não se sentiram ainda os efeitos da sua implementação.

As queixas das empresas e dos cidadãos, que tinham a expectativa de que, com este novo enquadramento pudessem ser ultrapassados os

constrangimentos e atrasos nesta matéria, revelam que, na prática, nada mudou. As entidades consulares portuguesas presentes naqueles países, não dão uma resposta eficaz aos inúmeros pedidos que são apresentados, pelo que os cidadãos não conseguem obter os vistos para trabalhar em Portugal, ficando, assim, impossibilitados de dar resposta às inúmeras ofertas de emprego que estão disponíveis no nosso País, o que coloca em causa a eficácia da Lei e a concretização dos objetivos definidos.

A inversão desta tendência de falta de trabalhadores no Setor, exige, também, um reforço da ligação do ensino ao mundo empresarial, bem como a promoção de um *matching* entre as necessidades das empresas e a oferta formativa. O País não pode continuar com mais de 250 mil pessoas inscritas nos centros de emprego do IEFP e em simultâneo com setores de atividade económica, sem recursos humanos qualificados. Recordo, que Portugal dispõe de centros formação de excelência para o Setor da Construção, o CICCOPN e o CENFIC, habilitados a formar trabalhadores com as novas qualificações que os novos processos e sistemas construtivos, designadamente a impressão 3D, a análise preditiva, a realidade aumentada e a virtualização, o BIM, a construção modular e off-site, exigem.

As empresas do setor da Construção e do Imobiliário necessitam de medidas eficientes, que permitam minimizar os constrangimentos associados à falta profissionais, e dessa forma, contribuir para um País mais produtivo, mais competitivo e mais sustentável.